

A Podridão Parlamentar

Sébastien Faure

1921

Camaradas:

Antes de tudo, gostaria de vincular esta terceira conferência às duas anteriores, para que você possa, de maneira mais fácil, perceber sua união.

Na minha primeira palestra, eu disse: Esse continente em que vivemos foi duas vezes o teatro de uma falsa redenção; a primeira vez, há pouco mais de dezenove séculos, pelo cristianismo; o segundo cento e trinta anos atrás, para a revolução francesa.

Eu consagrei a primeira conferência à falência da redenção cristã e a segunda à da redenção burguesa. Estas duas falências vieram: a primeira à ditadura do cristianismo, do começo do quinto século até o final do século XVIII; o segundo à ditadura da classe burguesa, de 1789 até o presente.

Especifiquei o que deve ser entendido por estas palavras: ditadura da burguesia. E eu os resumi em uma fórmula tão concisa quanto compreensível: domínio absoluto da classe burguesa sobre a classe trabalhadora, dominação *econômica* pelo capital, dominação *política* do Estado.

É fácil entender que a classe que possui poder e dinheiro pode fazer o jugo de sua ditadura pesar sobre a classe que não tem dinheiro ou poder.

O capital, isto é, o dinheiro, nunca será nada sem o apoio do poder, isto é, do Estado.

Sem o Estado, o capital seria como uma cidade aberta, exposta a todos os assaltos, à mercê de todas as surpresas, de um simples golpe de força. O Estado burguês tem como missão vigiar as manobras da classe trabalhadora, impedir que agrupe suas forças, fortificar sua ação, e se acontece que esta classe trabalhadora, saindo de sua falta de jeito, de sua apatia habitual, lute à batalha, a missão – não, eu não direi a missão, a expressão é muito nobre –, o papel do Estado é intervir pela força e derrota os insurgentes.

O Estado não é apenas, como comumente se acredita, um agente de administração; é, acima de tudo, um agente de repressão. É como o cão de guarda que, amarrado ao seu quadrado, impede os donos do lugar, a princípio por seus grunhidos, depois por seus latidos furiosos, da aproximação do inimigo; e sim, não sendo intimidado pelo latido do cão de guarda, o inimigo entra no local, o Estado se torna a força encarregada de defender o cofre e salvá-lo a todo custo, mesmo à custa de sangue.

Sob os aspectos falaciosos do administrador de assuntos públicos, do defensor da lei, do protetor da ordem, o Estado não é, no fundo, mais do que o orçamento gendarme à salvaguarda, pela violência, sistematicamente organizada, das instituições estabelecidas.

Sem dúvida, o Estado tem a função de administrar os assuntos públicos. Só que não há coisa pública, e não pode haver em um regime onde, politicamente, todos obedecem a alguns e onde, economicamente, tudo pertence a poucos. Os interesses são diversos, opostos, contraditórios. Não há interesse comum, não há interesse geral, não há coisa pública.

O Estado é também o defensor da lei. Mas a lei – ao contrário do que pensam as pessoas vaidosas – não é feita para proteger os pequenos, os humildes e os pobres contra os grandes, os poderosos e os ricos. É feito para defender os privilégios dos grandes, dos poderosos, dos ricos contra as exigências constantes e as tentativas periódicas dos despossuídos e dos escravizados.

Em suma, o Estado é protetor da ordem. É ele quem tem a tarefa de garantir a ordem e não perde essa obrigação. Mas o que é chamado ordem no jargão oficial, a ordem burguesa, é a desordem mais ignominiosa e mais criminosa. Ouça o que Kropotkin disse:

“A Ordem, hoje – o que eles entendem por ordem – nos nove décimos da humanidade trabalhando para obter luxo, prazeres, satisfação das paixões mais desprezíveis para um punhado de preguiçosos.

A ordem é a privação desses nove décimos de tudo que é uma condição necessária para uma vida higiênica, para um desdobramento racional das qualidades intelectuais. Reduzir nove décimos da humanidade para o estado de bestas de carga, vivendo dia a dia, nunca ousando pensar nos prazeres adquiridos ao homem pelo estudo da ciência, pela criação artística, aqui está a ordem!

A ordem é miséria, fome, convertida no estado normal da sociedade.

A ordem é a mulher que se vende para alimentar seus filhos; é a criança reduzida presa em uma fábrica ou morrendo de fome; é o trabalhador reduzido ao estado da máquina.

É o fantasma do operário insurrecionário às portas dos ricos, o fantasma das pessoas insurrecionadas às portas dos governantes.

A ordem é uma minoria íntima levantada nas cadeiras do governo, que é imposta, por essa razão, a maioria e que prepara seus filhos para ocupar mais tarde as mesmas funções, a fim de manter os mesmos privilégios por engano, corrupção, força, o massacre.

A ordem é a contínua guerra do homem ao homem, de trabalho em emprego, de classe em classe, de nação em nação. É o canhão que nunca deixa de trovejar, é a devastação do campo, o sacrifício de gerações inteiras nos campos de batalha, a destruição em um ano das riquezas acumuladas por séculos de trabalho duro.

Ordem é servidão, a cadeia de pensamento, a degradação da raça humana mantida pelo ferro e pelo chicote. É a morte repentina da morte cinzenta ou lenta pelo confinamento de centenas de mineiros, rasgados ou enterrados todos os anos pela ganância dos patrões e metralhados ou perseguidos à baioneta quando se atrevem a reclamar.

A ordem, em suma, é o afogamento no sangue da Comuna de Paris. É a morte de trinta mil homens, mulheres e crianças, esmagados por projéteis, metralhados, enterrados em cal viva, sob as pedras de Paris.

Essa é a ordem!

E a desordem, o que eles chamam de desordem?

É a revolta do povo contra essa ordem ignóbil, que quebra suas cadeias, que destrói os obstáculos e se move em direção a um futuro melhor. É o que a humanidade mais gloriosa em sua história.

É a revolta do pensamento na véspera das revoluções; é o colapso da hipótese sancionada pela imobilidade dos séculos precedentes; é o surgimento de toda uma onda de novas ideias, de invenções ousadas; é a solução para os problemas da ciência.

Desordem é a abolição da escravidão antiga; é a insurreição das comunas, a abolição da servidão feudal, as tentativas de abolir a servidão econômica.

A desordem da insurreição dos camponeses contra os sacerdotes e os senhores, que queimam os castelos para dar lugar às cabanas, que deixam seus covis para procurar um lugar ao sol.

Na França, abolindo a realeza e golpeando mortalmente a servidão em toda a Europa Ocidental.

*A desordem em 1848, que faz os reis tremarem e proclamam o direito ao trabalho. São as pessoas de Paris que lutam por uma nova ideia e que, ainda sucumbindo aos massacres, transmitem à humanidade a ideia da comuna livre, abre o caminho para aquela revolução da qual sentimos a aproximação, e cujo nome será o de **Revolução social**.*

Desordem – o que eles chamam de desordem – são os tempos durante os quais gerações inteiras suportam uma luta incessante e se sacrificam para preparar a humanidade para uma existência melhor, libertando-a da servidão do passado. São os períodos em que o gênio popular adquire sua livre expansão e dá, em alguns anos, passos gigantescos, sem os quais o homem teria permanecido no estado de antigo escravo, de ser rastejante, degradado na miséria.

Desordem é o florescimento das paixões mais belas e das maiores abnegações; É a epopeia do supremo amor da humanidade”.

Não se poderia dizer nada melhor e é por isso que eu li esta página de Kropotkin, que é de um vigor magistral. Quais são os serviços que o governo, o poder, o Estado fazem à classe trabalhadora em troca do que ela exige? Porque, em suma, se o Estado exige da classe trabalhadora uma submissão absoluta; se ele a oprimir com impostos, confiscando uma parte de seu trabalho em seu único proveito; se ele exige dos trabalhadores vários anos de sua juventude, durante os quais ele está trancado no quartel; se não der aos aposentados mais do que uma aposentadoria ridícula, seria razoável esperar que, em troca de tudo isso, o Estado forneça à classe trabalhadora alguns serviços.

Bem, é o Estado que cultiva a terra, que semeia o grão, quem recolhe a colheita, quem mói o pão, quem constrói as casas, quem tece as roupas, quem na fábrica e na oficina lida com as máquinas e inteligentemente transforma matéria-prima em produtos manufaturados? Em uma palavra, é o Estado que garante, através de seu trabalho, a produção necessária para satisfazer as necessidades da população? É ele quem, obtido essa produção, garante o transporte, monitora a distribuição equitativa, a fim de evitar o espetáculo repulsivo de um punhado de indivíduos que têm demais e que desperdiçam, enquanto uma multidão de outros seres não tem o suficiente, eles se privam do que é necessário e “ajustam seus cintos”? Existe! Não: o Estado não funciona, consome; não produz, devora.

No domínio intelectual, o Estado faz algum serviço à humanidade? Distribui generosamente a instrução aos filhos do povo, para que nenhuma dessas inteligências permaneça nas trevas e, portanto, sejam elas quais forem, se tornem luminárias destinadas a iluminar o doloroso caminho da humanidade? É o Estado que escreve os livros, aquele que cria as obras de arte? É ele quem favorece as grandes descobertas, quem levanta as fecundas iniciativas, quem lança o pensamento em novas direções, quem rompe as barreiras que nos separam do futuro, que retira as montanhas e amplia os horizontes?

Oh! Não. O Estado não pode senão manter uma profunda ignorância nas massas, porque sabe que é o melhor meio de submetê-las, de saqueá-las e de domá-las.

Você vê bem, portanto, que o Estado não presta nenhum serviço.

Sim! Presta um. Mas não para você, não para mim, não para nós, não para aqueles que trabalham, não para aqueles que sofrem. Ela fornece um serviço – e indica, é importante, indispensável –, mas para a classe burguesa: defende, defende seus privilégios, mostra os dentes para quem se aproxima do cofre, salva a caixa sempre que ela estiver ameaçada; não tem, por assim dizer, mais que um papel, apenas um: gendarme. O resto não é senão milagre e prestidigitação.

E, antigamente, camaradas, eu claramente defini e especifiquei – espero, pelo menos – o papel do Estado, e é necessário perguntar por que o governo está de mãos dadas, o Estado consegue disfarçar seu verdadeiro papel aos olhos da multidão, um papel que, se fosse conhecido, revoltaria de indignação com as massas trabalhadoras.

Como todas as obras ruins, como todas as instituições de crime, o Estado se refugia no mistério.

Para simular suas manobras criminosas, ele precisa agir nas sombras, cheio de enganos e armadilhas; na sombra do dogma, não sei o que, religioso ou secular, se opõe a todo controle e toda discussão.

Qual é o dogma em que o Estado se baseia no presente? Este dogma e você sabe disso. Dizem que ela reside em nós, em você e em mim, em mim e em você: é o dogma da *soberania do povo*.

A soberania do povo! Palavras cabalísticas que alegremente gargarejam as gargantas republicanas e democráticas nas mil e mil mesas onde é comum fazer ouvir o verbo democrático e republicano e ver agitar os marionetistas da política.

O discurso – eu ia dizer o charlatanismo – é sempre o mesmo. Todos os comediantes da política dizem:

“Pessoas, não ouçam o Sébastien Faure do seu tempo ou seus amigos. Eles dizem que você não é livre, que sofre uma ditadura.

Impostura e mentira! Povo, você é livre, porque você é soberano. É uma verdade tão óbvia que não é necessário estabelecer a demonstração, é uma daquelas verdades tão palpáveis que seria inútil insistir nela: você é livre porque é soberano. Sem dúvida, há dúvida de que você não pode exercer diretamente essa soberania. Mas é porque existe uma impossibilidade material que, na prática, nos distancia do que seria o ideal; o ideal seria que as pessoas estivessem perfeitamente reunidas, discutindo ou considerando as condições de sua existência, fazendo

sua opinião ouvida, expressando seus sentimentos e fazendo prevalecer sua vontade sobre todos os problemas que atormentam ou apaixonam a humanidade no caminho para o futuro. Este seria o ideal, um belo ideal, mas você conhece bem, povo, que é impossível. Como você conseguiria o emprego, a produção necessária para as necessidades da vida? Como seria a produção e o trabalho realizado, se a população tivesse que se preocupar em estudar primeiro, e depois discutir e resolver os problemas que, aos milhares, dizem respeito ao bem público? Você vê, povo, se você tem soberania, você não pode exercê-lo diretamente. Mas esteja sentado: nossa constituição fraterna e democrática previu tudo; ele regulou tudo; Ele dividiu o país em bases eleitorais, com base nas divisões administrativas, na superfície e na figura da população.

Cidadãos, reúnam-se nas suas assembleias de voto; estudar juntos o programa no qual você pode concordar; estabeleça a lista de suas demandas comuns; então, quando você tiver feito este trabalho, você escolherá entre si o melhor, o mais honesto, o mais competente, aqueles em quem você tem mais confiança e você os cobra de seus interesses; eles vão pensar, trabalhar, falar, decidir por você; e em todas as assembleias: comunal, departamental, nacional, através de você, sua vontade será afirmada; de modo que, tendo representantes em todos os lugares, você é realmente, oh, povo! Que, através da intervenção de seus delegados, administra a comuna, o distrito e a nação.

Sem dúvida, o parlamento ditará a lei e vocês, trabalhadores, serão obrigados a se curvar diante dela, a se ajustar aos seus mandatos, às decisões do legislador.

Mas pense que aquele legislador é seu delegado, seu representante; pense que a lei não será mais do que a expressão da sua vontade e da sua aspiração, ou o que é o mesmo, que você é quem faz a lei e, quando se obedece, é como se alguém não obedecesse a ninguém. Você vê perfeitamente que você é livre, tudo o que pode ser mais livre, desde que você é soberano. E finalmente, se acontecer que, por acaso, sua eleição foi lamentável, que seu agente ignore suas intenções, trai suas promessas, você sempre terá o direito de renová-la e escolher alguém que seja mais digno. Você vê que, afinal de contas, cidadãos, é sempre você, nada além de você, a quem pertence a última palavra. Antes de você suportar o poder, hoje você exercita. Na Idade Média, o poder desceu do céu, hoje se ergue da terra. Nos tempos em que a religião era onipotente, enchia os cérebros de escuridão e obscurecia as consciências; os governantes estavam aqui abaixo dos representantes de Deus; Hoje os governantes são os representantes do povo. Na aristocracia, o Estado estava nas mãos de uma casta privilegiada; Hoje, na democracia, o Estado está nas mãos do povo. Na monarquia, o Estado era pessoal, tinha um caráter de autoridade absoluta; um monarca disse: “O Estado sou eu!”; Hoje o Estado está em você, está em mim, está no mundo inteiro.”

“Soberano? Sim, povo, você é, desde que na realidade você faz e desfaz os soberanos.”

“Para as urnas, cidadãos! Vote! Nenhuma abstenção! Não apenas votar é um direito imprescritível, mas é um dever sagrado. Para as enquetes, para as pesquisas!”

Todos nós já ouvimos este discurso. E os homens da minha geração ouviram centenas e centenas de vezes. É sempre o mesmo. E, inacreditavelmente, o eleitor ingênuo, crédulo e confiante é sempre apanhado. Ele acredita de uma maneira tão implausível que nos perguntamos como ainda pode haver um animal tão milagroso, tão incompreensível, tão inexplicável quanto o eleitor.

Qual é o artista que pode, com a riqueza de cores necessária e o luxo de detalhes, esboçar o retrato daquele ser problemático, fantástico, extraordinário, incomparável e miraculoso chamado de eleitor?

Mais um caso. (Você vai reconhecer que eu não tenho o hábito de abusar): Eu sei que a citação torna o discurso pesado, e é por isso que eu evito tudo o que posso recorrer a ela. Mas não posso resistir ao desejo de ler esta página de Octavio Mirbeau, que se expressa melhor do que eu gostaria de saber. Ouça:

“Uma coisa me surpreende prodigiosamente – atrevo-me a dizer que me deixa estupefato – e é que no momento científico em que escrevo, após as incontáveis experiências, depois do escândalo cotidiano, ainda pode haver em nossa amada França (como dizem na Comissão de Orçamento) um eleitor, um único eleitor, aquele animal irracional, inorgânico, alucinado que consente em perturbar seus negócios, seus sonhos ou seus prazeres, para votar a favor de alguns ou de alguma coisa. Quando você pensa por um momento, esse fenômeno surpreendente não é apropriado para derrotar as filosofias mais sutis e confundir a razão? Onde Balzac será que nos dará a fisiologia do eleitor moderno? E o Charcot que explica a anatomia e mentalidade desse louco insano? Os Esperamos. Eu entendo que um golpista sempre encontra acionistas, a censura dos defensores, a Opera-comica de los diletantes; Eu entendo o Sr. Chantavoine, obstinadamente encontrando rimas; Eu entendo tudo. Mas que um deputado, um senador encontra um eleitor, isto é, o improvável mártir, que os alimenta com o pão, quem os vê com a lâ, quem os engorda com a carne, quem os enriquece com o dinheiro e não tem mais perspectiva do que receber, em troca dessas prodigalidades, baqueteamento no pescoço, chute em salva seja a parte, quando não há balas no peito, verdadeiramente, isso ultrapassa as noções já tão pessimistas que eu havia formado até agora da tolice humana.

Entende-se que falo aqui do eleitor convicto, do eleitor teórico, daquele que imagina, pobre diabo! Cumprir uma obrigação de um cidadão livre, implantar em soberania, expressar suas opiniões, impor loucura admirável e desconcertante! – programas políticos e demandas sociais, e não aquele que ‘conhece o pano’ e zomba de sua soberania.

Eu falo do sério, do austero, do povo soberano, daqueles que dizem: « Eu sou eleitor! Nada é feito sem mim. Eu sou a base da sociedade moderna ». Como essa ralé ainda existe? Quão teimosos, orgulhosos, paradoxais como são, não foram desencorajados e envergonhados de seu trabalho em tanto tempo? Como é possível que ele esteja em algum lugar, mesmo no fundo das charnecas perdidas da Bretanha, ou nas cavernas inacessíveis das Cévennes e dos Pirineus, um filisteu tão estúpido, tão irracional, tão cego para o que vê? Tão surdo ao que é dito, votar em azuis, brancos ou vermelhos, sem nada para forçá-lo, sem ser pago ou sem ficar bêbado? A que extravagante sentimento, a que misteriosa sugestão este pensador bípede pode obedecer, dotado de uma vontade, segundo pretensões, de marchar orgulhoso e reto, seguro de que cumpre um dever, de depositar em uma caixa eleitoral qualquer cédula, pouco importa o nome que se escreve? O que você acha, dentro de si mesmo, que você justifica, ou que você simplesmente explica sua extravagância? O que você espera? Porque, finalmente, para consentir em nos entregar a ávidos mestres que o espancam e persuadem, é necessário dizer ou esperar por algo extraordinário que não supomos. É necessário que, por poderosos desvios cerebrais, a ideia de deputado corresponda nele às ideias de ciência, de justiça, de desinteresse, de trabalho e de probidade. E isso é o que realmente assusta. Nada serve como uma lição, nem os atos mais zombeteiros nem as tragédias mais sinistras.

O que importa para ele que é Pedro ou Juan quem pede o dinheiro e quem exige a vida, desde que ele é obrigado a despojar-se de um e dar o outro? Bem, não! Entre estes ladrões e estes executores, ele tem uma preferência, ele vota para o mais voraz e mais violento que votou ontem, ele vai votar amanhã e ele sempre votará. Os carneiros vão para o matadouro eles não dizem nada e eles não esperam nada. Mas, pelo menos, eles não votam no açougueiro que os mata, nem na burguesia que vai comê-los. Mais carneiro que feras, mais carneiros que os carneiros, o eleitor nomeia seu açougueiro e escolhe seu burguês. Foram necessárias muitas revoluções para conquistar esse direito”.

Quanto mais promessas o candidato fizer, maior a probabilidade de haver um mandato: os homens são feitos de tal maneira que, quanto mais se promete, mais confiança eles têm. Todo candidato promete. Ele leva as mãos ao coração, levanta os olhos para o céu, como se quisesse testemunhar a sinceridade de suas convicções, ele declarará que está pronto para se sacrificar pelo bem público e que, nesse fim, não recuará antes de qualquer esforço. E o dia vem!

Isso consiste em privar o cidadão de sua soberania, fingindo preservá-lo. Em engano consiste em suprimir a soberania que está em baixo, em princípio, para instalá-lo em alta, na verdade.

Então, o parlamento é eleito. De que elementos é composto? Que faz? Como funciona? O que se pode esperar dele?

Toda a ação parlamentar, camaradas, se resume em quatro palavras: *Absurdo, Hipocrisia, Corrupção e Necessidade*.

Primeiro *absurdo*. Vamos conversar ... Vivemos em uma sociedade em que todos os interesses estão em conflito. Isso é óbvio. Os interesses do empregador e do trabalhador são contraditórios; o interesse dos governantes está em oposição ao dos governados; o interesse do proprietário está em conflito com o do inquilino; o interesse dos comerciantes é irreconciliável com o dos consumidores. Um tem o desejo de vender o mais caro possível; o outro, para comprar o mais barato possível. O mesmo acontece com os empregadores e trabalhadores proprietários e inquilinos. Todos os interesses estão em conflito.

Não é absurdo supor que um homem, o mesmo homem, possa representar completamente sozinho, tais interesses contraditórios?

Aqui, no Parlamento, chamado a pronunciar-se sobre uma questão em que estão envolvidos, da forma mais séria, por exemplo, os interesses dos patrões e dos trabalhadores, dos inquilinos e dos proprietários Representam os dois ao mesmo tempo. Será, então, forçado a favorecer alguns em detrimento de outros, fatalmente. E, no entanto, ele foi eleito por um determinado colégio eleitoral, que compreendia 10.000 ou 100.000 eleitores, de acordo com o modo de sufrágio – isso não é o que eu argumento, porque eles são tão ruins quanto os outros -. Esse escolhido representa os dois interesses mais contraditórios. É absurdo confiar nos mesmos interesses individuais que colidem, que se repelem. De resto, mesmo que esses interesses fossem harmoniosos, o número de eleitores é grande demais para que eles possam concordar com os múltiplos aspectos de um programa conjunto. Nós sabemos disso perfeitamente; Assim que tivermos apenas oito ou dez anos discutindo vários pontos, basta agitar certas questões para que nos tornemos imediatamente apaixonados na discussão e deixemos de concordar. Como você quer que milhares e milhares de indivíduos, que têm uma mentalidade diferente e muitas vezes oposta, não pertençam à mesma classe, não tenham a mesma cultura intelectual, não vivem no mesmo ambiente, como querem esses homens, o doloroso caminho da humanidade? É ele quem favorece mesmo quando seus interesses não estão em oposição, pode ser entendido, acordado? Como você deseja que um indivíduo reflita nele a totalidade dessas mentalidades, dessas aspirações, dessas culturas intelectuais, desses meios diversos? É impossível.

Eu vou mais longe. Mesmo no caso em que os eleitores concordam em quase todos os pontos, as questões que o legislador tem para estudar, discutir e resolver, são numerosas demais, pertencem a uma porção de diferentes domínios, para que possa, para satisfação de todos, trazer cada uma dessas questões uma solução adequada.

E, além disso, é um contrato que é estabelecido entre o eleito e o eleitor e um contrato de quatro anos. Quantos eventos ao longo de quatro anos, podem ser apresentados e modificar significativamente o modo de pensar de cada um! Pode acontecer que em 1912 concordemos com este ou aquele ponto. Mas, em 1916, continuaremos a concordar, quando os eventos da maior importância ocorrerem na vida social e introduziram em nossas vidas elementos novos e inesperados: a guerra? E, no entanto, ele é o único indivíduo designado em tempo de paz para certas tarefas – ninguém previu que dois anos depois ele se encontraria diante de uma situação excepcional – é o mesmo homem que continua sendo nosso representante durante a guerra, o mesmo isso durante a paz.

Isso é tolice! Eu falo de guerra porque é um grande evento que domina a situação neste momento. Mas, em quatro anos, quase sempre há algum acontecimento mais ou menos sério que transforma ou subverte a situação, não no pensamento, mas nos fatos. E então é louco cuidar desses interesses variáveis, por quatro anos, um homem.

E também, tem sido o hábito dizer que, para a solução de problemas complexos e delicados que dizem respeito ao interesse público, são necessários homens competentes e que, na massa, poucas pessoas têm essa qualidade. A massa é ignorante, sem instrução, age por instinto, não pensa, por assim dizer, sozinho. Mas é essa multidão, que você acusa de ignorância, a qual você nega totalmente lucidez, a qual você exige o ato que você precisa, talvez, mais delicadeza, visão e psicologia para escolher um entre vários, para fixar sua escolha e dizer: este é o que tem mais inteligência, mais convicções, aquele que melhor

defenderá meus interesses. Como você não percebe essa contradição? Por um lado, diz: a massa é desajeitada, estúpida, ignorante e, por outro lado, essa mesma massa é necessária a ação que requer mais consciência, mais inteligência e mais psicologia. Isso é um absurdo.

Outro argumento que trago daqueles que vos apresento sob o título do absurdo do regime representativo, é a impossibilidade em que o legislador deve acompanhar todas as questões sobre as quais é necessário pronunciar-se. Teria que ser onisciente. E a onisciência é, para o legislador, indispensável e impossível.

Indispensável porque é necessário que o legislador seja ao mesmo tempo um marinheiro que se pronuncie sobre as coisas concernentes à marinha, um guerreiro para votar as coisas da guerra, financista quando se trata do – mecanismo complicado e delicado –, administrador para comentar sobre questões administrativas, educador, diplomata, engenheiro; em uma palavra, que tenha todo o conhecimento.

Impossível porque, na hora em que vivemos, o campo científico tornou-se tão vasto que, para brilhar num único ponto, é indispensável que um homem inteligente e estudioso dedique toda a sua vida para se especializar; só depois de estudos longos e tenazes, depois de ter adquirido uma experiência indiscutível, que um homem, em certo ponto, pode tornar-se competente ou superior; E o legislador é solicitado a ser competente e superior em tudo! Ele deve ser um marinheiro, um guerreiro, um financista, um administrador, um diplomata, um engenheiro, um educador, tudo! Mas nós vivemos em um momento em que isso é impossível. Nós já não estamos nos tempos do Pico de la Mirándola! Não há homem capaz de falar sobre todas as coisas. Quando um homem é competente em um ou dois pontos, já é muito. É pedir demais, pedir uma competência universal. Portanto, a onisciência será necessária, mas é impossível e é absurdo pedir que alguém a possua.

Há, camaradas, um certo número de argumentos que tive de apresentar a vocês na primeira parte: o absurdo da representação parlamentar.

Vamos para a sua *impotência*. Quem são os membros do parlamento? De que elementos são constituídas as assembleias parlamentares? Não vou insultá-lo pensando que você acredita na superioridade dos eleitos e daqueles que estão nas assembleias parlamentares. Nem você acha que eles representam o que é na França mais glorioso nas artes, de mais ilustre nas ciências, de mais profundo na filosofia, de mais competente em todos os assuntos, de mais honesto nas finanças. Dê uma olhada na Câmara e no Senado. Você vai ver, sem dúvida, admito, alguns homens de valor real, muito poucos! Porque o homem de um valor real se afasta da política, considera-o como algo inferior à sua superioridade, ele pensaria que cairia e ficaria manchado se fosse a essa farsa, mesmo às mentiras, até as vulgaridades que a batalha eleitoral exige. O homem verdadeiramente superior continua sendo o que ele é, além da política, junto com seu ideal. Não se resume ao pântano político.

Confira nossos parlamentares. Você vai encontrar médicos sem clientes, advogados sem ações judiciais, a menos que não sejam advogados de comerciantes duvidosos, de financistas que nunca estão longe da instituição correcional, ou que estejam no Parlamento como representantes do alto Banco; um conjunto de mediocridades e incompetências que, juntas, formam um conjunto mais formidável de incompetência e nulidade.

Montesquieu disse, com razão: “Pegue, homens inteligentes, coloque-os juntos, montados; e, por um fenômeno singular e inexplicável, esses homens inteligentes se tornarão brutos ou imbecis assim que forem agrupados, reunidos em assembleia.”

Não sou eu quem diz isso; é Montesquieu quem fez essa observação profunda e exata.

Mas mesmo que as assembleias fossem povoadas de homens recomendados para seus méritos pessoais, pelos brilhantes serviços prestados, pela integridade de sua consciência, pela firmeza de suas convicções, por todo um passado útil, o que poderiam fazer?

O parlamentarismo é impotência. É como uma espécie de lago cercado por montanhas. Pode haver algumas tempestades no lago, uma certa agitação, mas essa agitação não ultrapassa os limites do lago, sujeito, aprisionado nas montanhas que o dominam. No Parlamento, a raiva violenta, as exasperações, os juramentos solenes, as promessas sagradas nunca são outra coisa senão pequenas tempestades, agitações superficiais sem repercussão nas profundezas; a calma, depois que a agitação é restaurada imediatamente e não deixa nenhum sinal. Impotência, sim! Mesmo que esses homens fizessem reformas, eles seriam atribuíveis ao próprio Parlamento? Se você pensa assim, você engana. Essas reformas nunca vêm de cima. Não é o que come copiosamente aquele que pensa em melhorar a existência daquele que vive

nas sobras. Não é aquele que mora em luxuosos apartamentos que se preocupa em introduzir algum conforto, alguma higiene, alguma limpeza, no miserável zaquizamí. Não é a pessoa que não trabalha que pode realizar as condições deploráveis em que a classe trabalhadora desenvolve seu trabalho. Não é o ocioso que tentará melhorar as condições de trabalho, nem reduzir o dia de trabalho e aumentar as horas de folga. É sempre abaixo de onde vêm as ideias de reforma. No crisol do sofrimento humano, onde o desejo de melhoria é elaborado. São aqueles que sofrem em sua própria carne, aqueles sobre quem pesa o jugo, aqueles que são submetidos a humilhações, aqueles que conhecem a angústia, as incertezas do amanhã; são eles que se preocupam, atormentam, assediam o futuro, suas ideias são comunicadas pouco a pouco, mudam suas impressões entre uns poucos no começo; então, insensivelmente, a nova ideia abre seu caminho. E é somente depois de se tornar poderoso, irresistível, que um partido político o apreende e o apresenta como originário de si mesmo. Há sempre um partido que se torna campeão do sucesso desta ou daquela reforma e que, por insistir, isso acaba fazendo com que seja bem sucedido. Mas quando triunfa, é sustentada por uma massa tão poderosa e cujo esforço se tornou tão irresistível que seria perigoso não registrá-la na lei. As reformas, você vê bem, não vêm de cima; eles sempre vêm de baixo. Não é necessário ter parlamentarismo para realizá-las, mas apenas para registrá-las.

Se quiséssemos aprofundar o problema, veríamos que as reformas são, por outro lado, ineficazes, dado o ambiente social. Elas nunca são positivas ou frutíferas.

As reformas não se reformam. Foi reformado o suficiente! Foram centenas, milhares, dezenas de milhares de reformas introduzidas na legislação. Mas abra seus olhos. Você vê que algo mudou? Houve muita conversa, os eleitores se deixaram enganar. Mas, na realidade, as reformas não reformaram nada, as melhorias alegadas não melhoraram nada.

Para terminar, no que diz respeito à impotência do regime representativo, eu tenho a ideia de contar uma pequena história, uma espécie de parábola ou de desculpas, que trará a essa discussão um tom um pouco sério, leve, agradável e bem-humorado.

Eu vi, vinte anos atrás, no campo, crianças que tinham o hábito de ir quase todos os dias para a floresta vizinha. A floresta estava cheia de pássaros e rumores. De tempos em tempos, um barulho de folhas, uma corrida rápida no tronco de uma árvore, em um galho, e um daqueles pequenos quadrúpedes que você conhece bem apareceu de repente: um esquilo leve, realizando grandes esforços, saltos perigosos e acrobacias incomparáveis. As crianças tiveram a ideia de capturar um desses animais. Eles chegaram e trouxeram um esquilo com eles. Um velho aldeão disse a eles:

— Eu sei disso, eu tenho um há anos; um dia ele desapareceu; a gaiola provavelmente não estava devidamente fechada e ele foi embora.

— Dê-nos, então, sua gaiola, vai?

— Com prazer, crianças. Ela não é habitada há muito tempo e se contenta em ter um inquilino.

E as crianças colocam o esquilo na gaiola. Vocês conhecem, é uma daquelas gaiolas cilíndricas. E aqui o esquilo, precisando de movimento, poderia dar a volta. Os garotos ficaram surpresos e descobriram que era soberbo. Mas, depois de quatro ou cinco dias, eles acabaram percebendo que o show não era muito variado e imaginaram que o esquilo estava zombando deles. Ele era tão lindo, quando estava na floresta, pulando de galho em galho! Os garotos libertaram o cativo.

Eles voltaram para a floresta e capturaram um segundo esquilo. Eles o colocaram na mesma gaiola, onde ele se virou e zombou deles como o primeiro, de modo que, ao final de alguns dias, os garotos soltaram o segundo cativo. Eles voltaram para a floresta e tomaram outro. Mas, depois de quatro ou cinco experiências desse tipo, acabaram entendendo que o esquilo, não tendo liberdade em seus movimentos, estava condenado a andar pela jaula.

Camaradas, esta história é aquela do eleitor – criança – e do candidato – o esquilo –.

Durante os meses que precedem o escrutínio, o candidato pula de galho em galho, executando maravilhosas piruetas; e a criança, o leitor, deslumbrado com seus *feitos de força*, disse: “Se eu pudesse aguentar! Se eu pudesse colocar minhas mãos nisso! Quão feliz eu estaria!”

Não custa muito trabalho, quando você é um eleitor, agarrar seu candidato. O candidato não quer mais do que isso; Ele é enviado para o Palais-Bourbon, que é sua jaula. E lá, esse homem que deixou estupefato o povo – criança –, por sua atividade, por sua graça, por sua sutileza, por sua agilidade, não faz nada. Uma vez na gaiola, torna-se impotente.

Ao final de quatro anos, o menino diz: Ah, ele tira sarro de mim! Eu vou encontrar outro que não jogue o mesmo jogo para mim. Volte para a floresta. Infelizmente, o segundo faz o mesmo movimento que o primeiro. Faz, camaradas, cinquenta anos que o candidato faz ao eleitor idênticas jogadas ruins. E, no entanto, o eleitor ainda não está convencido. Continue a cada quatro anos, mudando o esquilo e colocando-o na mesma gaiola. Acredite que temos o direito de dizer: Mas, infeliz, não é o esquilo que precisa ser mudado; você tem que quebrar a gaiola!

Dizer que o regime representativo é um regime de *corrupção* já é uma banalidade e imagino que não seja necessário entrar neste ponto, num desenvolvimento considerável. Seria, penso eu, supérfluo. Todos sabem que as tarefas políticas são tarefas sujas, que os meios políticos são corruptos, e por excelência, o Parlamento, porque é no Parlamento onde todos os apetites, todas as ganâncias, todas as rivalidades, todas as ambições são encontradas, e por essa razão, apenas trabalhos sujos podem ser realizados nele, e aqueles que tomar parte neles não pode ser mais do que sujo também.

Eu vi essas coisas de perto e minha longa experiência me ensinou isso na política – eu estou falando sobre a política que é usada no Parlamento, sobre políticas práticas e não sobre política como uma ciência –, existem apenas duas ideias: a primeira é que quando você é uma minoria, você deve tentar de tudo para se tornar uma maioria; A segunda é que, quando você se tornar uma maioria e um governo, você deve recorrer a todos os meios possíveis para permanecer no governo e na maioria.

Não acredite que isso seja uma descoberta da minha imaginação proficiente. Não. É uma observação baseada na experiência. Eu não quero voltar muito na história. Mas, vamos examinar, se você desejar, os cinquenta anos que nos separam da proclamação da terceira República.

A princípio é a República dos Thiers, do Mac Mahon, a República conservadora de quem Thiers disse: “A República será conservadora ou não será nada.” Mas houve uma minoria, convertida depois, com a 363, na maioria, quando Gambetta e seus amigos, os oportunistas da época, espalhados por todo o país, foram a todas as regiões para se rebelar em favor da democracia e da ideia republicana, das massas camponesas e urbanas. Quando regressaram como maioria à Câmara, conquistaram o poder e, depois de cinco anos de minoria e oposição, tornaram-se maioria e governo. Dessa forma, eles ficaram o tempo que lhes foi impossível.

Mas, durante esse tempo, houve outra minoria republicana com Brisson, Floquet, Goblet, Clemenceau, Pelletan: eu menciono os melhores! Esta minoria marchava para o ataque do poder. Eles permaneceram por dezoito anos como minoria na oposição. Um dia, esses oponentes tomaram o poder; Eles derrubaram os oportunistas, dos quais ele estava cansado, pois sempre prometeram e nunca cumpriram. Por sua vez, a minoria radical tornou-se uma maioria e governo.

Mas havia outro partido, ainda, o radical-socialista. Não se sabe exatamente se é mais radical que socialista ou mais socialista que radical. A verdade que foi intitulada radical-socialista. E este partido, então a minoria e a oposição queriam também tomar o poder. Verificaram-se mistérios em que ideias radicais, ideias socialistas radicais e até ideias socialistas foram representadas em doses quase proporcionais. Coalizões, nascidas de ambições e apetites, sustentadas por intrigas financeiras, apoiadas por obscuras combinações de negócios e política, cujo verdadeiro propósito é governar. Você pode ver que estou certo em dizer que na política existem apenas duas ideias: quando você não é nada, tente ser tudo; Quando é tudo, tente preservar a situação.

Tal sistema não é feito para educar o pensamento, fortalecer, esclarecer consciências ou afirmar corações na solidez dos princípios. Tais procedimentos são necessariamente corruptos. E como você deseja que esses homens, constantemente misturados com os desonestos, escapem da corrupção? É impossível. Não falo dos escândalos que explodem e fazem barulho, nem dos escândalos mais numerosos, mesmo quando se afogam! Tudo isso é conhecido.

Além disso, há uma certeza científica: o homem se adapta ao ambiente em que vive. E como o meio é um meio político em que se fazem concessões recíprocas, em que os serviços são prestados entre si, em que ninguém se importa mais do que o seu interesse, adaptando-se a esse ambiente, onde está o interesse do país? Conheci homens convencidos, cuja consciência era reta, cujo pensamento era elevado, cujo espírito era generoso, cujo coração era sensível; Eu os vi entrar na política, penetrar no Parlamento. O que aconteceu com eles? Falo daqueles que entraram cheios de entusiasmo, com o desejo de fazer o bem e que foram forçados a verificar que se no Parlamento alguém é impotente para o bem, por outro lado, é onipotente para o mal. Alguns se retiraram, desanimados; outros cederam e, uma vez na encosta,

chegaram ao fim. Eles acreditavam que eles seriam preservados do contágio, mas o contágio era mais forte do que eles e os arrastou para longe. A maioria dos parlamentares está corrompida de antemão. Aqueles que não precisam esperar para se corromper; eles trazem outra corrupção, aquela que carrega com ela.

Lembro-me agora de um caso particular que vou lhe contar, já que tive a ideia.

Foi em 1901. Eu tinha ido a Lyon para dar palestras. Um jornal socialista, *Le Peuple*, acabara de aparecer. Os amigos me disseram: “É necessário fundar um jornal; vamos, fundaremos contigo que é conhecido na região.” Eu aceitei e fundei *Le Quotidien*.

Sete ou oito meses depois, se não muito confortavelmente, foi mantido e na região de Rhône, Loire, Isère, Saône-et-Loire, isto é nos cinco departamentos limítrofes, era bastante difundido.

Tínhamos correspondentes em todos os lugares, especialmente no Loire, naquela região industrial que vai de Rivede Gier a Firminy, passando por St-Chamond, La Ricamarie e Chambon.

Um dia, eu li os jornais da região e de Paris, quando bateram na porta e um dos meus bons amigos, que veio de Paris, entrou e me disse:

— Fico feliz em te ver.

— Como posso atendê-lo?

— Você sabe o que eu vim fazer aqui?

— O que é isso?

— Eu vim apresentar minha candidatura em Loire.

— Sim ...?

— Ainda não tenho certeza, mas fui designado; Sou secretário-geral do Partido Socialista e conheço bem, portanto, todo o mapa eleitoral da França; Eu fixei meus olhos na segunda circunscrição de Saint-Etienne e tenho certeza de ser escolhido; Eu venho simplesmente para investigar um pouco o terreno e criar algumas amizades. Você sabe o que você deve fazer sozinho?

— Não.

— Pois bem; Há perto, em Rive de Gier, um círculo eleitoral utilizável, e se você quiser ser um candidato, tenho certeza do sucesso. Você não precisa se preocupar: eu farei a campanha como se fosse para mim.

E então ele olhou para mim e disse:

— Oh! Sebastian, dois homens como eu e você na Câmara; Eu sou um estrategista minucioso e habilidoso; você orador cheio de fogo, impetuoso; Isso seria soberbo, que seria a Revolução na Câmara!

...

Você sabe quem falou assim? Você adivinhou, certamente: foi Briand. Eu imitei dizendo a ele, batendo-lhe familiarmente nas costas:

— Vamos falar sobre isso novamente dentro de um ano; daqui a seis meses, você provavelmente será um deputado; se puder satisfazê-lo, desejo-lhe sucesso; mas não conte comigo para fazer a viagem; Continuaremos a conversa dentro de um ano.

Ele ficou surpreso:

— O que quer dizer? Por acaso você acredita que eu não serei o que sou agora? Nós lutamos juntos em circunstâncias muito perigosas para que você duvide da sinceridade de minhas convicções.

Eu respondi:

— Tenho a certeza de que dentro de seis meses você será um deputado e que, dentro de um ano, você terá mudado de opinião.

Vocês sabem camaradas, eu não me enganei. E quantos eu conheço assim!

Mas vamos continuar.

O regime representativo, em suma, tem um quarto defeito: é *nocivo*, isto é, é prejudicial.

A partir do momento em que é favorável à classe capitalista, segue-se que é prejudicial à classe trabalhadora.

A corrupção domina especialmente os trabalhadores que, de tempos em tempos, aparecem na cena do Parlamento.

Um burguês vive lá como o peixe na água. Está no meio deles. Ele tem o hábito do mundo parlamentar. Sua vida, por assim dizer, não mudou. Seus interesses talvez sejam mais bem servidos. Antes era burguês, e burguês ainda é.

Mas o operário, o trabalhador que subtrai um escrutínio favorável de seu trabalho, onde ele se esforçou oito, nove e dez horas por dia para ganhar um salário de fome; um homem cuja situação é tão subvertida, como se vê claramente, oferece à corrupção um campo fértil, uma espécie de terreno fértil no qual o germe da podridão se desenvolve facilmente.

É por isso que é mais perigoso para um trabalhador se perder no Parlamento.

O burguês já está corrompido antecipadamente; isso não muda; é apenas um pouco mais podre, um pouco mais corrompido; mas o trabalhador que conhecia a angústia de amanhã e que, de repente, perdeu o contato com seus companheiros de trabalho, subitamente entra no Parlamento, torna-se *seis centésimos de um rei*.

Isso é feito para reverter e perturbar as condições de sua existência.

Não é extraordinário que seja *transformado*. Ele espera conquistar, absorver o Poder, um dia, para o benefício de sua classe e é o Poder que o absorve!

É necessário, por outro lado, que os meios sejam apropriados até o fim e que o proletariado não se contente com reformas que, digamos, mais uma vez, não reformam nada, com melhorias que não melhoram nada.

A classe trabalhadora deve querer uma revolução profunda, uma transformação social integral.

A abolição dos salários, a libertação do trabalho, não pode ser o trabalho do Parlamento, mas da revolução.

Todas essas verdades são admitidas hoje por todos os socialistas convencidos, sinceros e esclarecidos.

Apenas, eles dizem, por que negligenciar um meio que talvez seja de alguma utilidade, desde que seja conhecido por servi-lo? Por que não conduzir conjuntamente as duas ações, a ação parlamentar e a ação dos trabalhadores, a batalha no alto e a batalha de baixo? Por que nos privar voluntariamente de uma dessas seções? Isso é diminuir nossa força. Está reduzindo nosso campo de batalha.

Aqueles que falam assim, quero acreditar que são sinceros, não vejo claramente. Eles não percebem o trabalho feito de um lado e negligenciam do outro, de uma atividade trabalhando em um sentido e uma atividade trabalhando na direção oposta. O bem que, por exceção, pode ser obtido de cima é amplamente superado pelo desconforto que será sofrido abaixo. Não é necessário acreditar que os esforços despendidos nos altos e nos baixos, no domínio parlamentar, eleitoral e no domínio popular dos trabalhadores, sejam combinados e somados. Eles não são adicionados, mas subtraídos. A operação não fornece um acréscimo, mas uma subtração. Eles não são a mesma coisa, são exatamente coisas opostas.

E também, você não sente o perigo de dizer ao povo, ao mundo dos trabalhadores, que seu dever é depositar uma vez a cada quatro anos, um minuto a cada quinze mil horas, com piedade, calma, sem esforço e sem risco, uma votação a urna do sufrágio? A batalha exige algo mais do que esse gesto periódico. Isso exige uma atividade constante. Todos os socialistas acreditam que alcançarão o objetivo proposto mais cedo, atacando o mundo burguês de cima e fazendo os de baixo, se introduzir nas assembleias para dizer, do alto daquele magnífico tribuno, sua doutrina e suas esperanças. É assim que eles pensam que chegam mais cedo. Eles assumem que os anarquistas são ideólogos e não têm nada além de sorrisos desdenhosos para o que eles chamam de uma utopia libertária.

Para aqueles que se dizem inspirados apenas pelos fatos, convido-os a consultar os fatos. Você verá que os fatos desmentem suas reivindicações. Pelo menos trinta anos atrás – desde 1890, eu poderia dizer quarenta, mas quero ficar mais perto da verdade – que os socialistas participam ativamente das eleições. Quantos desde então no Palais-Bourbon? São sessenta. Sem dúvida, eles eram mais; mas hoje eles são sessenta. Eu não me importo saber se foram cem anos atrás. Apenas confirmo há trinta anos que os candidatos socialistas se candidatam à eleição e estão empenhados na ação parlamentar e que, após trinta anos de luta, há sessenta deputados. Este é, portanto, dois deputados por anos. De modo que, tendo conquistado a maioria, ou seja, cerca de 300 deputados no Palais-Bourbon e 150 senadores no Luxemburgo, ou seja, 450 eleitos, seriam necessários 225 anos para isso. Se você considera que está indo rápido, eu acho que é mentira! Se entre os sessenta deputados atualmente no Parlamento há talentos e luminares do partido – suponho que o Partido Socialista não enviou à Câmara os menos eloquentes, menos talentosos, se não os mais eloquentes e mais cultos –, Lhe digo: “Deixe o Parlamento, feche suas portas, jogue sua renúncia na cara de seus colegas, como um cuspe.” E então, quando você tiver feito isso, você se espalhará por todo o país, você irá para todos os lugares, para as cidades e para as aldeias, com o cajado do peregrino, passando pelas montanhas e vales, sem pedir nada de ninguém, para o qual

você terá razão para dizer: “Aqui está o que podemos fazer juntos, não pedimos um mandato ou um assento no Palais-Bourbon, queremos ficar com você, é com você que queremos lutar.” Que força não lhe daria tal desinteresse! E, desse modo, estou convencido de que não levaria 225 anos para inspirar este país, fazendo-o ouvir a palavra revolucionária. Se houvesse assim 50 ou 60 apóstolos viajando para a França, inspirando o espírito da revolta e encorajando com essa respiração o pensamento de todo o povo, em pouco tempo ergueríamos uma força revolucionária que sacudiria e repeliria o Poder.

Está na hora camaradas, de concluir.

A soberania do povo é um engano e uma mentira; um jogo de palavras, um gesto de prestidigitação. O parlamentarismo é um lar de podridão. O Parlamento é um regime absurdo, impotente, corrupto e nocivo.

O parlamentarismo é um regime absurdo, impotente, corrupto e nocivo.

A ação parlamentar é um excelente terreno para a classe burguesa, mas um terreno ruim, o pior, para a classe trabalhadora.

É necessário abandoná-lo e permanecer resolutamente no campo da batalha revolucionária.

Somente os anarquistas lutam contra a sociedade capitalista de forma constante, consciente e ativa pela abstenção, que não é apenas para não usar a arma risível que a Constituição coloca em nossas mãos: a cédula do voto.

Seu abstencionismo é consciente e ativo. Os anarquistas têm um corpo de doutrina e métodos de ação que devem, acredito, impressionar os homens com bom senso, convicção, coração e vontade independente.

Apenas os anarquistas se abstêm, porque estão convencidos de que a ação parlamentar é desastrosa e que a luta eleitoral é nociva; porque eles sabem que a ação política é perniciosa.

No domínio eleitoral, somos obrigados a fazer mais ou menos concessões.

Você nunca pode dizer o que pensa tudo o que pensa; e os anarquistas querem permanecer independentes diante de seus pensamentos, diante de sua consciência e reservam a possibilidade de dizer, sem desvios, o que pensam, tudo o que pensam, nada mais do que pensam.

Os anarquistas se abstêm, porque não querem participar de crimes do governo e porque sabem que quando se aproximam do poder, tornam-se cúmplices, não implícita, mas explicitamente, de todos os crimes cometidos pelos governos.

Os anarquistas não querem ter a menor participação nesses crimes e não querem cobrar neste ponto, sem responsabilidade.

Eles se abstêm, porque querem permanecer na multidão, porque querem estar em contato permanente com a massa que trabalha brutalmente, que sofre, que suporta a autoridade e quem é revoltado e exasperado.

Eles se abstêm, porque eles entendem, assim, preservar seu direito à revolta. Se você votar você perde o direito à insurreição e desde então você se curva antecipadamente, é lógico, diante da lei do número, diante daquela força cega e estúpida da maioria. Se eu usasse a cédula, teria a certeza de que perdia o direito de me revoltar, porque aceito, assim, a lei da maioria e implico implicitamente que todos se curvem a ela.

Eu não voto, e tenho o direito de dizer: De onde quer que venha, sejam quais forem suas origens e quem quer que seja o legislador, a lei não pode senão manter e agravar a iniquidade. Mesmo que ela diminua até certo ponto, a iniquidade permanece. Recuso-me a reconhecer a lei, porque é a aplicação inepta da força cega e estúpida do número, como se houvesse algo em comum entre número e progresso, lei, justiça e humanidade. Eu quero manter o meu direito de me revoltar e é por isso que me abstenho. Se os anarquistas se abstêm, é porque querem permanecer fiéis à sua filosofia elevada e pura.

Essa filosofia consiste em se afastar com tanto cuidado da autoridade que é exercida quanto daquele que sofre.

Consiste em manter uma guerra implacável para aqueles que fazem a lei e aqueles que a apoiam: alguns, porque abusam da autoridade, outros, porque se humilham perante ela.

O anarquista é distinto e separado de todos, porque ele não quer ser mestre ou escravo. Ele não quer se curvar a ninguém, mas também não quer que os outros se curvem a ele.

Ele não quer ser escravo e executar ordens estranhas; mas ele não quer ser um mestre ou ordenar ninguém.

Ele tem horror à autoridade que lhe foi imposta, pois ficaria horrorizado com a autoridade que impôs a outro.

Admita esta maravilhosa fórmula que provavelmente inspirará a humanidade futura: **“Nem mestre, nem escravo.”**

E para terminar, direi que, no estado atual, diante da sociedade em que vivemos e que temos que sofrer até termos a força para derrubá-la, vamos fazer a frase lapidar de um dos nossos mais ilustres camaradas, Élisée Réclus: **“Em face da iniquidade e enquanto ela persistir, os anarquistas estão e permanecem em um estado de insurreição permanente.”**

Biblioteca Anarquista



Sébastien Faure
A Podridão Parlamentar
1921

es.theanarchistlibrary.org

Titulo Original: *La podredumbre parlamentaria*. Tradução e Revisão por André Tunes @Nucleo de
Estudos Autonomo Anarco Comunista.

Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada
a sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor.

bibliotecaanarquista.org